

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT10.036

O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA ESCOLA REGULAR: CONTRIBUIÇÕES DO PSICOPEDAGOGO

Thâmara Santos Gomes Almeida¹
Emanuelle Correia Da Silva²

RESUMO

O processo de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista na escola regular, é um direito que precisa ser garantido desde a matrícula até o processo de permanência do estudante, pois é um espaço que proporciona aprendizagem e socialização, que são elementos indispensáveis para um bom desenvolvimento da criança. O objetivo dessa pesquisa foi apresentar estudos sobre a inclusão dos alunos com TEA e as contribuições do psicopedagogo. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica, por meio da revisão da literatura. Como resultado da pesquisa, foi possível identificar a necessidade das escolas se reinventarem por meio de formação continuada para os professores, da flexibilização dos currículos, uso de tecnologias assistivas, sendo essas, possibilidades que visem se adequarem aos estudantes e não obrigar esses, a se encaixarem em um padrão fixo pré-determinado; como também a importância do papel do psicopedagogo, por esse, assumir a função de investigar todo o processo de aprendizagem, levando em consideração a totalidade dos fatores nele envolvidos, para valendo-se desta investigação, entender a constituição da dificuldade de aprendizagem e orientar os professores a facilitarem o desenvolvimento da autonomia e das potencialidades dos alunos com espectro autista na escola regular.

Palavras-chave: Inclusão, Transtorno do Espectro Autista, Psicopedagogo, Aprendizagem

1 Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, thamara.stos.gomes@hotmail.com ;

2 Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, manuhcoreia97@gmail.com ;

INTRODUÇÃO

O presente estudo surgiu da inquietação sobre os desafios enfrentados pelos professores no processo de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em escolas de ensino regular. A inclusão escolar de alunos com TEA é um tema central nas discussões sobre educação inclusiva, uma vez que envolve a adaptação de práticas pedagógicas e a reestruturação de ambientes escolares para garantir uma educação de qualidade e equitativa para todos.

Este trabalho busca compreender como o professor pode desenvolver práticas inclusivas junto à sua turma e qual é o papel do psicopedagogo nesse processo, especialmente frente à inclusão de estudantes com TEA. Ao abordar essas questões, o estudo ressalta a importância de estratégias colaborativas entre educadores e especialistas, destacando a psicopedagogia como uma área chave para mediar e facilitar o processo de ensino-aprendizagem de alunos com necessidades específicas.

A pesquisa foi conduzida por meio de uma Revisão Integrativa da Literatura, uma metodologia que permite a reunião e análise de estudos anteriores sobre a temática investigada, garantindo uma visão ampla e crítica do conhecimento já produzido. De acordo com Mendes, Silveira e Galvão (2008), a revisão integrativa exige o estabelecimento de uma hipótese de pesquisa, a busca sistemática na literatura, a categorização dos estudos e a avaliação e síntese do conhecimento obtido. O estudo abrangeu publicações entre 2006 e 2019, e, por meio de um cruzamento dos descritores “Inclusão e Autismo” e “Psicopedagogia”, foram identificados 49 artigos na SciELO, 14 na PePSIC e 38 no Google Acadêmico. Após a leitura dos resumos e a exclusão de trabalhos que não tinham relação direta com o tema, delimitou-se a amostra final em 18 artigos.

As discussões apontam para a necessidade de uma formação continuada para professores e da inserção efetiva do psicopedagogo nas escolas como parte integrante da equipe pedagógica. A análise dos estudos revelou que o psicopedagogo pode contribuir de forma significativa, auxiliando o professor a planejar e implementar práticas inclusivas, assim como a compreender as necessidades individuais dos alunos com TEA. Em termos de resultados, a pesquisa evidencia a importância de práticas colaborativas e interdisciplinares para o sucesso da inclusão escolar.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio de uma Revisão Integrativa da Literatura, que permitiu reunir e analisar estudos anteriores sobre a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o papel do psicopedagogo no ensino regular. De acordo com Mendes, Silveira e Galvão (2008), essa metodologia envolve a formulação de uma hipótese, a busca sistemática na literatura, a categorização dos estudos e a síntese do conhecimento obtido. Foram consultadas as bases de dados SciELO, PePSIC e Google Acadêmico, abrangendo o período de 2006 a 2019, utilizando os descritores “Inclusão e Autismo” e “Psicopedagogia”. A busca inicial resultou em 101 estudos, dos quais 18 artigos foram selecionados após a leitura dos resumos e aplicação dos critérios de inclusão. Esses artigos foram categorizados e analisados criticamente, permitindo a identificação das principais práticas inclusivas e do papel do psicopedagogo no apoio à inclusão escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurológica caracterizada por inadequações no desenvolvimento, que afetam principalmente a comunicação e a interação social. Segundo Silva e Mulick (2009), o TEA manifesta-se na primeira infância e acompanha o indivíduo por toda a vida, sendo geralmente perceptível nos primeiros três anos de idade. Observa-se uma maior prevalência entre pessoas do sexo masculino.

As primeiras descrições científicas do TEA foram realizadas em 1943 pelo psiquiatra austríaco Léo Kanner (1894-1981), que o denominou Distúrbio Autístico do Contato Afetivo. Em suas pesquisas, Kanner identificou comportamentos atípicos em crianças que apresentavam dificuldades significativas em estabelecer relações comunicativas e afetivas com outras pessoas (Guedes e Tada, 2015). Essas observações pioneiras contribuíram para o reconhecimento do autismo como um transtorno distinto no campo da psiquiatria.

Apesar das definições em graus para um possível caminho terapêutico traçado pelo olhar médico, o Transtorno do Espectro Autista não pode ser padronizado e nem as intervenções devem ser aplicadas do mesmo modo, afinal estamos falando de sujeitos, de subjetividade, isso envolve o modo de vida, cultura, família, entre outros aspectos que tornam os seres únicos.

No âmbito escolar, as crianças que possuem Transtorno do Espectro Autista devem ter suas necessidades educacionais atendidas e sua permanência garantida todos os dias por meios de práticas inclusivas, atividades adaptadas, profissionais capacitados, momentos de socialização, ou seja, trata-se da oportunidade de uma proposta educativa que atenda as necessidades e potencialize aprendizagem desses alunos.

A educação inclusiva vem sendo bastante discutida e várias tentativas de implementação estão sendo realizadas na contemporaneidade. Principalmente, por causa enquadramento legal de garantias para quem possui necessidades educacionais especiais.

Segundo Silva e Carvalho (2017) historicamente, as pessoas que hoje são inseridas para serem incluídas, foram excluídas na escola que maquiava a inclusão através do processo de integração/segregação, isto é, o velho dito incluir para excluir, negando a diversidade de seus alunos em um espaço que deveria ser baseado no diálogo, na democracia e na promoção de igualdade, dissimulando um processo inclusivo que na prática não se concretizava, porém atualmente com as leis que garantem o acesso aos espaços o cenário está se modificando e a inclusão deixa de ser utopia e passa a ser um desafio necessário para a sociedade e para a escola que precisa se reinventar.

Refletindo sobre essa realidade da educação regular para pessoas com necessidades especiais, Silva (2011, p.121) afirma que “procurar trazê-las para a norma, para o padrão comum, é negar a sua diferença, seja esta de natureza física, cultural, étnica, racial ou religiosa.” Por isso se faz necessário que a escola se adapte aos sujeitos inseridos nela e não o contrário. Nesse contexto, a Declaração de Salamanca proclama que a escola acolha:

todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desvantajados ou marginalizados (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Eis um desafio à escola: desenvolver um trabalho que seja capaz de educar a todos a partir da diversidade. Trata-se de uma proposta pedagógica emancipatória que deve promover mudanças culturais em relação à inclusão e essas devem refletir diretamente no currículo escolar, nas metodologias de ensino e

nas atitudes dos professores, gestores, colaboradores, alunos, enfim, de todos os atores presentes no colégio.

Outro documento que orienta a educação inclusiva no Brasil é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) que garante que a educação especial “deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 1996, Cap. V, art. 58).

No Brasil, são notáveis os avanços jurídicos para esse público, porém falta garantir a permanência e as oportunidades das pessoas com deficiência nos espaços coletivos com mudanças atitudinais que fazem toda diferença no processo de inclusão escolar:

Não há como negar a complexidade do atendimento à diversidade dessas pessoas, a inclusão exige rupturas, é bem mais complexa que o simples cumprimento da legislação presente no país, pois envolve questões desafiadoras se for considerada a necessidade de transcender à concepção tradicional que parece predominar no Brasil (LIMA, p. 43, 2012).

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão (LBI):

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, Art. 27).

A LBI, em seu art. 28, também garante que o projeto pedagógico institucionalize nas escolas o atendimento educacional especializado e a adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem. Tudo isso para garantir um acesso com igualdade de condições.

As orientações do Ministério da Educação contidas na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva respaldam justamente esse processo de inclusão na escola:

O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de

todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRSIL, 2008, p.5).

Aqui no Brasil, as políticas públicas de inclusão não são um problema. Elas existem e são bem estruturadas. O problema do caso brasileiro são as faltas de condições para sua implementação, como, por exemplo, a escassez de profissionais capacitados, salas de recursos com diversidade de materiais didáticos, verdadeira adequação curricular etc. Segundo Tessaro; Bray e Rossato (2009, p. 305)

[...] as condições acima mencionadas estão diretamente relacionadas as políticas de educação inclusiva que existem enquanto leis, mas não são aplicadas no rigor dessas leis. Ao mesmo tempo, as políticas são estabelecidas de modo a não delimitar e especificar com clareza como se darão as ações para sua efetivação, resultando em um processo de inclusão perversa, em que os indivíduos possuem direitos mas não pode usufruí-los de fato. Neste aspecto, uma política de educação inclusiva não se faz sozinha; paralela e concomitantemente a ela requer-se uma política nacional de inclusão social.

A inclusão escolar favorece a criança autista no que diz respeito à convivência com outras crianças, momentos de interação que ajuda na comunicação e na socialização. Essa inserção, importante e significativa, exige da escola um preparo especial, já que a criança com autista possui diversas especificidades e não deve ser dela o papel de se adequar à escola, mas sim da escola se adequar a ela. Sendo assim, a escola deve buscar meios de atender as necessidades educacionais de seus alunos que possuem Transtorno do Espectro Autista.

o desempenho escolar das crianças com autismo depende muito do nível de acometimento do transtorno. As crianças com um nível mais grave de autismo podem apresentar atraso mental e permanecer dependentes de ajuda. As crianças com autismo leve ou somente com traços autísticos, na maioria das vezes, acompanham muito bem as aulas e os conteúdos didático-pedagógicos (SILVA, 2012, p. 75).

O que é prescrito, determinado e orientado pelo Estado, através de seu aparato legal, não é suficiente para garantir à criança autista que adentra o universo escolar regular, legalmente acessível a todos, uma escolarização significativa que, pautada a partir de sua realidade, que faça essa criança desenvolver suas potencialidades no quadro de seu arranjo existencial, afinal muitos são os problemas enfrentados na escola, como: falta de formação e orientação dos profissionais da educação e currículo flexível e adaptado.

O professor deveria/deve ser um mediador das crianças com TEA, pois na escola é ele quem está inteiramente ligado ao desenvolvimento da aprendizagem desses sujeitos, isso é possível com a participação efetiva da escola no acompanhamento e com parceria com a equipe multidisciplinar que acompanhe o aluno.

Segundo Silveira, Enumo e Rosa (2012), o cenário educacional contemporâneo, é notável que a maioria dos docentes não possui conhecimentos teóricos e práticos que auxiliem suas práticas pedagógicas quanto ao ensino de alunos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista. Esse fato dificulta e exclui todo processo de inclusão proposto para o estudante com TEA que passa a ter sua matrícula numa escola regular garantida por lei, tendo suas potencialidades frustradas por falta de adaptações.

Para que o processo de escolarização seja significativo para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), é fundamental considerar as particularidades desses indivíduos, que, dependendo do grau do transtorno, podem apresentar dificuldades na socialização, concentração, comunicação, além de comportamentos repetitivos e estereotipados, hipersensibilidade e desafios em associar o pensamento ao entendimento concreto da linguagem. Nesse sentido, tornam-se imprescindíveis práticas pedagógicas inclusivas e humanizadoras, que se originem nas reais necessidades desses alunos, promovendo uma educação que vá além do simples repasse de conteúdos curriculares.

Essa abordagem deve focar no desenvolvimento das habilidades essenciais para a vida cotidiana, potencializando as aptidões básicas necessárias para que esses alunos possam atuar de forma autônoma e crítica dentro de uma sociedade que, muitas vezes, impõe padrões rígidos, delegando demandas e responsabilidades a cada fase da vida. A educação inclusiva, portanto, deve buscar a emancipação dos sujeitos, garantindo que eles possam desenvolver seu pleno potencial, respeitando suas singularidades e promovendo sua participação ativa e respeitosa no ambiente escolar e na sociedade. Nesse sen-

tindo, dentro da escola o psicopedagogo pode ser uma ponte para trabalhar no desenvolvimento das habilidades dos alunos e orientando os professores quanto a sua prática.

A Psicopedagogia, dialogando com as áreas da educação e da saúde, é um campo do saber que parte da compreensão do processo de aprendizagem dos alunos com algum tipo de dificuldade ou deficiência, identificando suas reais necessidades para organizar estratégias que visem à prevenção do fracasso escolar e garantam a inclusão.

O psicopedagogo é um profissional qualificado e possui papel primordial de ser um mediador na instituição escolar, nesse sentido pode ser um grande aliado na inclusão de crianças autistas na escola regular. Seu trabalho é imprescindível nos processos de ensino e aprendizagem engendrados na escola, pois:

[...] é visto como, um detetive que busca pistas, procurando selecioná-las, pois algumas podem ser falsas, outras irrelevantes, mas a sua meta é fundamentalmente investigar todo o processo de aprendizagem levando em consideração a totalidade dos fatores nele envolvidos, para, valendo-se desta investigação, entender a constituição da dificuldade de aprendizagem (RUBINSTEIN, 2009, p. 128).

Diante da proposta de educação inclusiva, o psicopedagogo é um suporte para alunos e professores. Com os alunos, o psicopedagogo pode realizar intervenções e trabalhos preventivos que busquem melhorar o desenvolvimento e a aprendizagem da criança. Em relação ao professor, sua contribuição está ligada às orientações didático-metodológicas específicas das diversidades postas nas escolas que solicitam do professor atuações pedagógicas diferenciadas e eficientes para cada caso. Nesse sentido, trata-se de um trabalho coletivo, pois:

O psicopedagogo institucional trabalha com múltiplas fontes de dados, decorrentes do uso que faz de inúmeros métodos (observação, conversas casuais, entrevistas, documentos), múltiplos tipos de participantes (secretarias de educação, superintendências ou CRES, orientadores educacionais, especialistas em currículo, diretores, professores, entre outros) e várias situações (reuniões de diversos tipos, oficinas de trabalho, vida em instituições e etc.) (PORTO, 2011 p. 123).

O psicopedagogo é peça fundamental no desenvolvimento da criança com Transtorno de Espectro Autista (TEA), pois, juntamente com o professor, ele

deve definir e orientar estratégias que favoreçam a inclusão no ambiente escolar e a promoção de uma aprendizagem significativa ao aluno com Transtorno do Espectro Autista sua:

[...] cabe ao psicopedagogo perceber eventuais perturbações no processo aprendizagem, participar da dinâmica da comunidade educativa, favorecendo a integração, promovendo orientações metodológicas de acordo com as características e particularidades dos indivíduos do grupo, realizando processos de orientação. Já que no caráter assistencial, o psicopedagogo participa de equipes responsáveis pela elaboração de planos e projetos no contexto teórico/prático das políticas educacionais, fazendo com que os professores, diretores e coordenadores possam repensar o papel da escola frente a sua docência e às necessidades individuais de aprendizagem da criança ou, da própria ensinagem (BOSSA, 1994, p. 23).

Dessa forma, a partir das especificidades cognitivas, afetivas e comportamentais dos sujeitos com TEA cujas formas de aprender e de se socializar são diferentes, o psicopedagogo deve construir, conjuntamente com o professor, itinerários formativos multiformes e individualizados para não correr o risco de silenciar as possibilidades e potencialidades desses sujeitos com práticas pedagógicas e ações metodológicas baseadas em um currículo padronizado e até mesmo engessado assumido por uma determinada escola regular.

O psicopedagogo é um profissional trabalha que trabalha assessorando as instituições escolares com o intuito de orientar e melhorar a dinamizar a prática pedagógica dos professores e o processo de aprendizagem, apresentando condições e metodologias precisas para atingir de modo significativo a aprendizagem do aluno.

O psicopedagogo diante da prática dos educadores tem como trabalho refere-se à assessoria junto a pedagogos, orientadores e professores. Tem como objetivo trabalhar as questões pertinentes às relações vinculares professor-aluno e redefinir os procedimentos pedagógicos, integrando o afetivo e o cognitivo, através da aprendizagem dos conceitos e as diferentes áreas do conhecimento enfatizemos que o papel do psicopedagogo é assumir o compromisso com a transformação da realidade escolar, à medida que se propõe a fazer uma reorientação do processo de ensino-aprendizagem refletindo os métodos educativos e numa atitude investigativa descobrir as causas dos problemas de aprendizagem

que se apresenta na instituição e que se depara em sala de aula, repensar o fazer pedagógico da escola. (GALVÃO, 2014, p. 8)

Nesse sentido, os estudos mostram a necessidade da realização de mudanças educacionais que sejam capazes de favorecer a construção de um sólido processo de ensino-aprendizagem cujos resultados propiciem as devidas condições do aluno autista intervir em sua realidade através da ampliação de suas competências e desenvolvimento de sua autonomia.

Para que tal processo seja, de fato, exitoso é importante que o psicopedagogo conheça os terapeutas que acompanham a criança para observar o que vem sendo trabalhado e compreender quais são os limites e as possibilidades de essa ação terapêutica se estender até a escola para que ambos caminhem em sintonia e, assim, facilitem o processo de ensino do professor e da aprendizagem do aluno em um trabalho harmônico e multifacetado.

A partir das reflexões teóricas propostas por BOSA (2006), SMEHA; HAUTRIVE e LUNARDI (2015), podemos sistematizar algumas ações na qual o psicopedagogo pode ajudar/orientar o educador nos seguintes pontos: 1) conhecer a criança autista e suas reais necessidades; 2) propor ao professor que seja realizado uma rotina clara com recursos visuais, pois irá contribuir muito para a organização pessoal do autista na escola; 3) criar atividades de socialização para que haja engajamento do aluno na sala, uma vez que a criança com TEA pode durante a aula chamar a atenção por meio de gritos e choros, parecendo mal criação ou uma birra qualquer quando na verdade é dificuldade de compreender o que é proposto e de se relacionar com os colegas, tendo, então, suas particularidades negligenciadas (por isso, a importância de dar oportunidades para a criança escolher sua participação nas atividades sugeridas); 4) mostrar ao professor meios de trabalhar as palavras no sentido literal, já que as crianças autistas têm dificuldades de entender palavras utilizadas em sentido conotativo; 5) viabilizar as funções dos objetos utilizados como recursos, pois a maioria dos autistas não compreende seu uso, mas sim, a sensação que esses provocam no aspecto visual, tátil e sonoro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos dados, constatou-se que a atuação do psicopedagogo na instituição educacional deve promover uma transformação profunda

nas práticas e no pensamento escolar, com foco em intervenções pedagógicas que considerem as características individuais dos alunos. O trabalho do psicopedagogo deve ser pautado pelo compromisso e responsabilidade de garantir voz e vez àqueles que são silenciados e estereotipados pela sociedade e por padrões pré-estabelecidos de normalidade.

Matricular uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em uma escola regular é relativamente simples; o verdadeiro desafio está em garantir que suas necessidades educacionais sejam efetivamente atendidas. Esse desafio não se restringe às limitações da criança, mas também reflete os limites da sociedade e de suas instituições.

Nesse contexto, é necessário que a escola, as políticas públicas, as famílias, os professores, os psicopedagogos e toda a sociedade se reinventem, reformulando teorias, conceitos e práticas. É preciso “despadronizar” o sistema educacional para incluir verdadeiramente o diferente, promovendo uma socialização e convivência harmoniosa, e não uma inclusão que, na prática, acabe excluindo.

As escolas precisam se reinventar para fugir de modelos engessados que não atendem às particularidades das crianças com TEA. Isso envolve a adaptação de espaços, a flexibilização dos currículos e, sobretudo, o investimento contínuo na formação dos professores, coordenadores, equipes diretivas, pessoal de apoio e famílias. Somente assim será possível garantir que essas crianças possam acessar e permanecer na escola regular sem serem forçadas a se encaixar em padrões rígidos de normalidade.

REFERÊNCIAS

BOSSA, Nadia Aparecida. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1994.

BOSA, Cláudia Aparecida. **Autismo: intervenções psicoeducacionais**. Revista Brasileira de Psiquiatria, São Paulo, v. 28, sup. 1, p. 28-32, 2006.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais**. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 15/06/2024

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação, 2008..

_____. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Diário Oficial da União, Brasília, 7 jul. 2015.

CASTRO, Paulo A.; SOUSA ALVES, Cláudia O. **Formação Docente e Práticas Pedagógicas Inclusivas.** E-Mosaicos, v. 7, p. 3-25, 2019.

GALVÃO, Eliane P. S. **A psicopedagogia: sua relevância na escola.** In: Congresso Internacional de Educação e Inclusão, 2014, Campina Grande. Anais CINTEDI - (2014), 2014. v. 1.

GUEDES, Nelzira Prestes da Silva; TADA, Iracema Neno Cecili. **A Produção Científica Brasileira sobre Autismo na Psicologia e na Educação.** Psicologia: Teoria e Pesquisa (Brasília. Online), v. 31, p. 303-309, 2015.

LIMA, Sônia Helena Costa Galvão de. **Fatores da relação humana na prática educativa com uma aluna com síndrome de Down: uma experiência exitosa.** São Paulo, 2012.

PORTO, Olívia. **Psicopedagogia Institucional: teoria, prática e assessoramento psicopedagógico.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

RUBINSTEIN, Edith. **A Especificidade do Diagnóstico Psicopedagógico.** In: SISTO, Fermino Fernandes et al. Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 127-139.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa et al. **Mundo singular: entenda o autismo.** Fontanar, 2012.

SILVA, Micheline; MULICK, James A. **Diagnosticando o transtorno autista: fundamentos e considerações práticas.** Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 29, n. 1, p. 116-131, 2009.

SILVEIRA, K.A.; ENUMO, S.R.F.; ROSA, E.M. **Concepções de professores sobre inclusão escolar e interações em ambiente inclusivo: uma revisão da literatura.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 18, n. 4, p. 695-708, 2012.

SILVA, Naiane Cristina; CARVALHO, Beatriz Girão Enes. **Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa.** Revista Brasileira de Educação Especial, v. 23, p. 293-308, 2017.

TESSARO LEONARDO, N.S.; BRAY, C.T.; ROSSATO, S.P.M. **Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas de ensino básico.** Revista Brasileira de Educação Especial, v. 15, p. 179-356, 2009.